

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações Gerais

Nome do órgão: Câmara Municipal De Vereadores De Capão Da Canoa

CNPJ: 05.082233/0001-02

Endereço: Avenida Rudá, 745 – CEP 95555000

Natureza Jurídica: Poder Legislativo, entidade jurídica de direito público.

Natureza das Operações: Legislar, Fiscalizar, Julgador, Assessorar e Administrar.

Data de Encerramento: 31-12-2025

Quantidade de Vereadores: 13

População do Município: 63.594

Declaração De Conformidade Com A Legislação E Com As Normas De Contabilidade Aplicáveis:

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei nº 4.320-1964, na LC 101-2000, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as NBC TSP.

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, foram elaboradas por disposições legais e serão transcritas no “Diário” da Entidade.

Resumo Das Políticas Contábeis Significativas

Alterações nas políticas contábeis: em relação ao exercício de 2025 não houve alteração nas políticas contábeis.

Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas tendo por base o custo histórico das transações.

Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais é o de competência.

Informações De Suporte Às Demonstrações Contábeis

Balanço Orçamentário (Anexo 12)

Os dados apresentados compreendem à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

O demonstrativo considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e os valores recebidos no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Regime Orçamentário: Regime Misto, receitas conforme regime de caixa e despesas conforme o regime de empenho.

No exercício houve despesas intraorçamentárias no valor de R\$ 249.773,37.

Foi recebido a Título de Duodécimo do Poder Executivo o total de R\$ 12.908.222,22

A execução da despesa do total de R\$ 12.616.767,25.

O orçamento é executado inicialmente por crédito inicial, podendo ser suplementado e aberto novos créditos especiais.

Quanto ao procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, é mantido o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente dos restos a pagar processados no final do exercício. Do saldo do exercício anterior R\$ 59.846,42 (não processados) + R\$ 92.166,22 (processados).

Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário. Quanto ao superavit financeiro, este, não é aplicável aos Poder Legislativo uma vez que o saldo do duodécimo, obrigatoriamente é devolvido ao Poder Executivo no final do exercício, mesmo que deixado como adiantamento de duodécimo para o exercício seguinte, o que ocorreu no exercício de 2024 no valor de R\$ 347.863,20.

Balanço Financeiro (Anexo 13)

A elaboração do Balanço Financeiro, por se tratar de demonstrativo de fluxo de natureza financeira, adota o regime de caixa previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, evidenciando os ingressos e dispêndios de recursos financeiros ocorridos no exercício. A elaboração observou ainda as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

(MCASP) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), bem como os princípios contábeis aplicáveis ao setor público.

Lei nº 4.320/1964 Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As retenções foram contabilizadas no momento da liquidação da nota de empenho (2º estágio da despesa pública), o que atende ao princípio contábil da competência e a contabilidade de custos. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários referem-se, principalmente, às consignações em folha, retenções legais, depósitos de terceiros e movimentações relacionadas a restos a pagar, conforme orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o saldo a pagar em 31.12.2025 é de R\$ 203.838,42 registrado na conta 1.1.1.3 Caixa e Equivalentes De Caixa – Valores Restituíveis E Vinculados.

O valor recebido como duodécimo do Poder Executivo foi de R\$ 12.440.424,66 mais R\$ 119.934,36 de juros de aplicações financeiras a curto prazo, contabilizados como adiantamento de duodécimo. Ainda há o valor de R\$ 347.863,20 de saldo do exercício de 2024 não devolvido, totalizando o valor de R\$ 12.908.222,22 no ano. O IRRF é devolvido ao Poder Executivo não sendo considerado como duodécimo.

Balanço Patrimonial (Anexo 14)

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, na LC 101-2000, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as NBC TSP.

O Ativo Circulante de R\$ 761.248,26 representa o caixa e equivalentes de caixa e estoques do almoxarifado. A Entidade manteve como adiantamento de duodécimo R\$ 308.648,24, realizando as devidas deduções de R\$ 381.710,80 que representam: R\$ 31.863,86 crédito empenhado a liquidar, R\$ 146.008,52 crédito empenhado liquidado a pagar e R\$ 203.838,42 comprometido por consignações/retenções.

O reconhecimento dos Estoques/Almoxarifado foi realizado conforme as normas contábeis aplicáveis ao setor público.

O Ativo não Circulante é representado pelo Imobilizado (Bens Móveis e Bens Imóveis) de R\$ 8.783.638,58. Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método das quotas constantes, conforme as normas aplicáveis ao setor público. As depreciações foram realizadas mensalmente, conforme percentuais utilizados pelo Executivo. O Inventário de Bens foi realizado em dezembro de 2025, conforme Setor responsável pelo Patrimônio, e está de acordo com a escrituração contábil.

Os reconhecimentos por competência /Provisões dos passivos relativos a Férias e 13º Salário são realizados mensalmente no exercício automaticamente pelo Sistema. Foi necessário ajuste no valor referente ao 13º Salário, realizado em dezembro 2025.

Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

As transferências recebidas no exercício de 2025 representam um valor de R\$ R\$ 12.908.222,22.

A desvalorização e perdas de ativos é representada pelas perdas involuntárias com o Imobilizado, sendo escrituradas conforme relatórios do Setor Patrimônio; as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas representam as Baixas por Ajuste da Apropriação de Férias e 13º Salário por Competência do exercício de 2025.

Os reconhecimentos por competência /Apropriações dos passivos relativos a Férias e 13º Salário são realizados mensalmente no exercício automaticamente pelo Sistema. Foi necessário ajuste no valor referente ao 13º Salário, realizado em dezembro 2025.

Fluxo de Caixa (Anexo 18)

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, que fechou em 2025 no valor bruto de R\$ 690.359,04. Registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro, que no caso de 2025 é de R\$ 203.838,42.